

MODELOS de GESTÃO e PERFIL da OFERTA de EDUCAÇÃO PROFISSIONAL nas REDES ESTADUAIS



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO



Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Modelos de gestão e perfil da oferta de Educação Profissional nas redes estaduais

Salvador, 2012

DIIESE

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Governador - Jaques Wagner

Vice-governador - Otto Roberto Mendonça de Alencar

Secretário da Educação - Osvaldo Barreto Filho

Subsecretário - Aderbal de Castro Meira Filho

Chefe de Gabinete - Paulo Pontes da Silva

Superintendente de Educação Profissional - Antonio Almerico Biondi Lima

Equipe Técnica

Carlos Alberto Menezes, Cristina Kavalkievicz, Maria da Glória Vieira Lima Franco e Passos, Maria Renilda Daltro Moura, Marlene Virgens Pimentel, Martha Maria Rocha Ramos dos Santos, Neivia Maria Matos Lima

Secretaria da Educação do Estado da Bahia

6ª Avenida, nº 600, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador - BA - CEP 41745-000

Tels.: (71) 3115-1401 - (71) 3115-9094 - www.educacao.ba.gov.br

Superintendência de Educação Profissional - SUPROF

Tel.: (71) 3115-9018 - SUPROF@secba.gov.br

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Escritório Nacional: Rua Aurora, 957, 1º andar, Centro - São Paulo - SP - CEP 01209-001

Tel.: (11) 3874-5366 - Fax: (11) 3874-5394 - institucional@dieese.org.br - www.dieese.org.br

Direção Sindical Executiva

Zenaide Honório - *Presidenta* - Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Josinaldo José de Barros - *Vice-presidente* - STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel

Antônio de Sousa - *Secretário* - STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região

Alberto Soares da Silva - *Diretor* - STI de Energia Elétrica de Campinas

João Vicente Silva Cayres - *Diretor* - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Edson Antônio dos Anjos - *Diretor* - STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas, de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba

Neiva Maria Ribeiro dos Santos - *Diretora* - Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

José Bittencourt Barreto Filho - *Diretor* - Sindicato dos Eletricistas da Bahia

José Carlos Souza - *Diretor* - STI de Energia Elétrica de São Paulo

Luís Carlos de Oliveira - *Diretor* - STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região

Mara Luzia Feltes - *Diretora* - Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul

Maria das Graças de Oliveira - *Diretora* - Sind. dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco

Roberto Alves da Silva - *Diretor* - Fed. dos Trab. em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio - *Diretor Técnico*

Ademir Figueiredo - *Coordenador de Estudos e Desenvolvimento*

José Silvestre Prado de Oliveira - *Coordenador de Relações Sindicais*

Nelson Karam - *Coordenador de Educação*

Rosana de Freitas - *Coordenadora Administrativa e Financeira*

Escritório Regional da Bahia: Rua do Cabral, 15 - Nazaré - Salvador - BA - CEP 40055-010

Tel.: (71) 3242-7880 - Fax: (71) 3326-9840 - erba@dieese.org.br

Direção Sindical

Maurício Jansen Klajman - *Coordenador* - ST no Ramo Químico e Petrolero do Estado da Bahia

Elder Fontes Perez - *Secretário* - Sindicato dos Bancários da Bahia

Antonio Claudio dos Santos Silva - *Diretor* - Sindicato dos Vigilantes do Estado da Bahia

Edmilson Rosa de Almeida - *Diretor* - FTI Alimentos e Afins do Estado da Bahia

Grigório Mauricio dos Santos Rocha - *Diretor* - ST em Água e Esgoto da Bahia

Natan Batista dos Santos - *Diretor* - STI Metalúrgicos do Estado da Bahia

Paulo Roberto Silva dos Santos - *Diretor* - STI Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagens, Montagem e Manutenção Industrial da Bahia

Supervisão Técnica

Ana Georgina Dias

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Modelos de gestão e perfil da oferta de Educação Profissional nas redes estaduais

Salvador, 2012

DIEESE



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO



Equipe Técnica Responsável

Lavínia Maria de Moura Ferreira, Nádia Vieira Souza, Natã Vieira

Equipe de Apoio

Natali Machado Souza, Silvanira dos Santos Gusmão

Consultores

Carvalho Fernandes - Consultoria em Planejamento e Gestão Ltda.
Antônio Luiz de Carvalho Fernandes, Guillermo Etkin

Projeto Gráfico e Diagramação

Caco Bisol Produção Gráfica Ltda. (Márcia Helena Ramos)

Impressão

Rettec

Tiragem

3 mil exemplares

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

DIEESE

D419 Modelos de gestão e perfil da oferta de educação profissional nas redes estaduais./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.– Salvador: DIEESE, 2012.

52 p.

ISBN 978-85-87326-55-3

1. Educação Profissional 2. Qualificação Profissional 3. Políticas Públicas 4. Legislação
5. Gestão Educacional 6. Controle Social I. DIEESE II. Governo do Estado da Bahia
III. Superintendência de Educação Profissional - SUPROF IV. Título.

CDU 331.363

- 07** APRESENTAÇÃO
- 09** INTRODUÇÃO
- 17** A PESQUISA SOBRE OS MODELOS DE GESTÃO DAS REDES ESTADUAIS DE Educação Profissional
- 19** ESTRUTURA FÍSICA E PERFIL DAS MATRÍCULAS NAS REDES ESTADUAIS DE Educação Profissional
- 31** MODELO DE GESTÃO, CONTRATAÇÃO, SERVIÇOS, CONTROLE SOCIAL E MARCO LEGAL DA Educação Profissional
- 39** OS DESAFIOS DA GESTÃO DA Educação Profissional NAS REDES ESTADUAIS
- 43** REFERÊNCIAS
- 45** ANEXOS

Este livreto **Modelos de Gestão e Perfil da Oferta de Educação Profissional nas Redes Estaduais** foi desenvolvido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no âmbito do Convênio nº 524/2008, intitulado *Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia*. O convênio foi celebrado entre o DIEESE e o Governo do Estado da Bahia por intermédio da Secretaria de Educação, e o projeto é desenvolvido em cooperação com a SUPROF - Superintendência de Educação Profissional. O objetivo do projeto é contribuir para a renovação e expansão da Educação Profissional da Bahia por meio de estudos, subsídios, desenvolvimento de metodologias, formação, capacitação e assessoria aos gestores públicos e atores sociais.

O projeto está organizado em três subprojetos que abarcam dimensões distintas e complementares relativas aos desafios inerentes às metas estabelecidas pelo governo do estado da Bahia no que concerne à Educação Profissional. Com o objetivo de tornar público o conhecimento, as metodologias e as ferramentas produzidas no âmbito de cada subprojeto, é prevista a edição de publicações impressas em livros e livretos e em formato para difusão via internet.

Esta publicação está inserida no Subprojeto III - Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação e sistematiza os resultados da experiência de desenvolvimento deste subprojeto, conforme estabelecido na etapa 5, fase 5.1 do plano de trabalho. Foi elaborada a partir dos resultados do estudo dos modelos de gestão das redes estaduais de Educação Profissional relativo ao produto 01 deste subprojeto. As ações propostas no Subprojeto III visaram, sobretudo, apoiar o fortalecimento da gestão operacional da Educação Profissional na Bahia, por meio do desenvolvimento de ferramentas adequadas e da capacitação dos gestores e atores sociais para o pleno uso das mesmas.

Ao mapear os distintos modelos de gestão das redes estaduais de Educação Profissional, considerando suas características, organização e marco regulatório, o presente estudo tem por objetivo fornecer informações e subsídios para os gestores da Educação Profissional da Bahia na tomada de decisões sobre o modelo próprio de gestão a ser adotado para esta política pública no estado. Além deste estudo, outras ações com esse objetivo foram desenvolvidas no âmbito do Subprojeto III, como a realização de oficinas com a equipe de gestores da SEC/SUPROF buscando promover o diálogo e a construção coletiva do desenho da proposta final do projeto de modelo de gestão.

Após esta apresentação, segue-se um capítulo introdutório que aborda o contexto atual da Educação Profissional e seu significado frente à dinâmica do mundo do trabalho. Trata também do marco legal que regulamenta este nível de ensino no âmbito da legislação educacional do país, das diretrizes e dos programas de governo em nível federal. O terceiro capítulo explicita a metodologia utilizada nesta pesquisa, iniciando com a construção do roteiro, o levantamento das informações, assim como a tabulação e a sistematização dos resultados. Na sequência, descreve e analisa os resultados deste estudo agrupados em dois capítulos: o capítulo quatro trata da estrutura física e do perfil das matrículas nas redes estaduais; já o capítulo cinco descreve os modelos de gestão, contratação, serviços, controle social e marco legal. Por último, o sexto capítulo, a título de conclusão, aborda os desafios que estão postos para a gestão da Educação Profissional nas redes estaduais. Os anexos trazem o roteiro da pesquisa e os quadros referenciais dos modelos de gestão das redes estaduais.

Tendo em vista que o objetivo maior deste estudo é realizar uma sistematização dos modelos de gestão das redes estaduais de Educação Profissional, um passo fundamental que nele deve ser dado é, precisamente, procurar esclarecer qual o entendimento atribuído à Educação Profissional. Este propósito leva necessariamente a uma reflexão a respeito de duas questões básicas. A primeira delas é contextualizar o significado que a Educação Profissional, ou simplesmente qualificação profissional¹, passou a ter frente às mudanças operadas na economia brasileira e no mundo do trabalho ao longo dos anos 1990 e seguintes. A segunda encerra o esclarecimento da concepção e do papel recentemente atribuído a esse tipo de educação no âmbito do marco legal educacional existente no país.

A dinâmica do mundo do trabalho e a qualificação profissional

A década de 1990 trouxe consigo importantes modificações na estrutura e na dinâmica econômica do Brasil, com impactos significativos no mundo do trabalho. Entre as mudanças que ocorreram, cita-se a adoção de políticas orientadas para maior competitividade das empresas através de medidas de abertura comercial e financeira ao exterior, redefinição e redução do papel do Estado, privatização de grandes empresas estatais pertencentes a setores produtivos estratégicos. Estas medidas acabaram por impulsionar, no âmbito das empresas, inclusive estatais, um intenso processo de mudanças no padrão tecnológico e organizacional que ficou conhecido como reestruturação produtiva.

1. Por ser mais amplo, neste tópico será utilizado o termo qualificação profissional, englobando todas as formas de preparação para o trabalho inclusive a própria Educação Profissional que é executada no âmbito do sistema público de ensino.

Tal processo foi marcado pela instituição de formas de produção flexíveis, caracterizadas pela manutenção de baixos estoques de produto final, matérias primas e componentes, giro rápido da produção, produtos com curto ciclo de vida útil, novos produtos e modelos, entre outros. Na organização do trabalho e da produção foram introduzidos os arranjos celulares em substituição à linha de produção e os sistemas *just-in-time*. Houve, ainda, a intensificação da terceirização, o desenvolvimento de programas de qualidade total, redução dos níveis hierárquicos, quebra de divisões funcionais, organização do trabalho em equipe, esquemas participativos de solução de problemas e polivalência na execução das tarefas.

É importante destacar que esse processo não atingiu de forma homogênea, isto é, com a mesma intensidade e ritmo, todos os setores econômicos. Se esse cenário foi mais frequente nas empresas de ponta dos setores dinâmicos da economia brasileira – muitas vezes de forma pontual e localizada –, boa parte dos locais de trabalho ainda adotava os sistemas de organização e gestão tradicionais, às vezes mesclados com técnicas supostamente inovadoras. Um exemplo deste fato são as inovações científico-tecnológicas aplicadas ao processo produtivo, cuja introdução nas empresas brasileiras foi seletiva e reduzida comparativamente ao ocorrido em outros países.

Certamente, essa característica da reestruturação produtiva no Brasil foi resultado da forma como o governo, na década de 1990, realizou a abertura comercial – rapidamente e em meio à recessão - e das políticas econômicas adotadas. Neste contexto, as empresas optaram por implementar uma reestruturação vigorosa e de caráter defensivo, isto é, muito mais para defender-se da exposição à concorrência externa do que propriamente fruto de uma estratégia de preparação e enfrentamento das exigências da modernização.

Um destaque importante é que essas mudanças ocorreram em um contexto de crise marcado por grande instabilidade monetária e financeira. As políticas adotadas para a estabilização da economia, cujo objetivo principal era o combate à superinflação, restringiram o crescimento econômico fazendo com que os primeiros anos da década de 1990 fossem marcados pela recessão caracterizada pela queda no Produto Interno Bruto (PIB).

A insuficiência do crescimento econômico e o processo de reestruturação produtiva desorganizaram ainda mais o já heterogêneo mercado de trabalho brasileiro. A crise econômica e social dos anos 1990 gerou uma série de consequências para o mercado de trabalho: agravamento do desemprego, com a crescente elevação das taxas, seguida da

queda do emprego industrial; precarização das formas de contratação, com aumento do número de trabalhadores sem vínculo empregatício institucionalizado e elevação dos níveis de informalidade; além da perda de poder de compra das remunerações.

No âmbito das empresas, as práticas introduzidas pelas novas formas de produção e de organização do trabalho demarcam o campo do trabalho. O sistema *just-in-time* exige da empresa e do trabalhador a capacidade de dar respostas rápidas às demandas variadas. Os arranjos celulares requerem saber operar diferentes tipos de máquinas e equipamentos, além da execução de tarefas que antes cabiam aos setores de inspeção de qualidade e manutenção. A polivalência redefine as ocupações, transforma os conceitos tradicionais das profissões e, no limite, altera o próprio conceito de profissão. O trabalhador deixa de atuar dentro dos saberes, atividades, responsabilidades e referenciais próprios de sua profissão e passa a desempenhar papéis e funções de outras áreas e ocupações. As tarefas passam a ser prescritas aos indivíduos e não demarcadas a partir do posto de trabalho.

O trabalho em equipe introduz uma nova lógica, segundo a qual um conjunto de atribuições passa a ser responsabilidade de um grupo de trabalhadores, com variado grau de autonomia para definir sua própria organização interna. Neste cenário, o exercício do trabalho, em alguns casos, exigiria menor qualificação e em outros casos qualificação de conteúdo diferente. Em ambas as situações, são requeridas mudanças no perfil da qualificação profissional que é ofertada ao trabalhador.

Uma das visões que adquiriu bastante força no período foi a relação existente entre, de um lado, os altos índices de desemprego e, de outro, a apregoada falta de qualificação da força de trabalho e os baixos níveis de escolaridade do trabalhador. Nesta visão, a qualificação profissional passa a ter outra funcionalidade: deixa de ser o pré-requisito necessário para o exercício do trabalho e passa a ser a solução do problema do desemprego no país. Esta visão estava presente no discurso hegemônico, nas políticas públicas – deslocando o papel ativo que deveriam ter as políticas de geração de emprego e renda no enfrentamento do problema do desemprego –, ou ainda na própria prática e na subjetividade do trabalhador.

Curiosamente, este mesmo discurso ainda ressoa nos dias mais recentes, posto que atualmente se argumenta que existem vagas, mas não há trabalhadores qualificados para ocuparem estas vagas. Tanto na década de 1990, quando o desemprego era crescente, quanto no contexto atual mais favorável aos trabalhadores com menores taxas de desemprego

e crescimento do emprego formal, a economia não é capaz de gerar os postos de trabalho necessários para o atendimento da demanda crescente da População Economicamente Ativa (PEA). Naquele contexto e agora, o debate entre os atores sociais desloca a qualificação profissional de sua função. A qualificação profissional não pode ser a panaceia do mundo do trabalho, substituindo, muito frequentemente, a busca de alternativas concretas para resolver as questões do emprego, da exclusão e da renda.

Como corolário desse quadro, vê-se que a qualificação profissional transformou-se em instrumento de mistificação que encobre os problemas que a sociedade enfrenta para a geração de emprego e renda e, no limite, para a sobrevivência das pessoas. Como consequência desta mística, um conceito muito utilizado naqueles tempos e ainda nos de hoje tem sido o de empregabilidade.

Há uma utilização ideológica e política desse conceito, que consiste em transferir para o trabalhador a responsabilidade de estar desempregado. A empregabilidade, ou a falta dela, torna-se, assim, justificativa para a exclusão social e serve como instrumento para uma nova segmentação entre os trabalhadores: incluídos e excluídos do mercado de trabalho, em última análise, trabalhadores qualificados e não qualificados.

As relações entre qualificação profissional e emprego têm outras dimensões, que não as de causa e efeito entre ambos. A qualificação é parte de um sistema de ensino e aprendizagem que articula a transição entre a educação e o mundo do trabalho. O emprego é a materialização de uma relação social que se estabelece entre a força de trabalho e o capital, traduzida em várias formas de contratação e de remuneração. Nesta perspectiva, as relações existentes entre qualificação profissional e emprego devem ser articuladas no âmbito de um sistema público de emprego e, assim, serem traduzidas em políticas públicas resultantes de pactos estabelecidos entre empresários, trabalhadores e governo.

O contexto atual da Educação Profissional: concepção, marco legal e programas

Em meio ao debate que se seguiu entre os diversos atores sociais, no contexto destas mudanças no mundo do trabalho, o tema da qualificação profissional ganha cada vez mais papel de destaque. Esse debate também foi estimulado pelas mudanças em curso tanto na institucionalidade da educação com as reformas do ensino médio e profissional quanto na implementação de projetos nacionais de qualificação profissional.

No âmbito do Ministério do Trabalho foi implantado o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor). Entre os instrumentos do Planfor encontravam-se os Planos Estaduais de Qualificação Profissional (PEQs) de atribuição das Secretarias Estaduais de Trabalho, resultado de convênio entre os Estados e a União e que eram executados por entidades públicas e privadas de qualificação profissional. Outro instrumento eram as parcerias nacionais que tinham como objetivo executar projetos de qualificação profissional em mais de um estado ou em escala nacional.

Em 2003, o Planfor foi extinto e substituído pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQ), que entrou em vigor em 2004. Inspirado nas diretrizes do Plano Plurianual – PPA – 2004-2007, que visava implementar um modelo de desenvolvimento de longo prazo com profundas transformações na sociedade brasileira, o PNQ ampliou o conceito de qualificação profissional, incluindo o caráter social da qualificação, cujas ações deveriam ser articuladas com outras políticas como as de emprego, trabalho, renda e educação, ou seja, no âmbito do sistema público de emprego, trabalho e renda.

No âmbito do Ministério da Educação, entrou em vigor a atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional (Lei 9.394/96). A nova LDB resultou de um processo histórico de disputas político-ideológicas entre diferentes concepções e projetos para a educação nacional. No que se refere à Educação Profissional, elaborou-se, no início dos anos 1990, a proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Em 1996, o Ministério da Educação (MEC) apresentou o projeto de lei 1.603/96 sobre Educação Profissional, que serviu de orientação para a edição do Decreto 2.208/97. Este Decreto regulamentava a Educação Profissional e sua relação com o ensino médio, definindo os seus objetivos, desenvolvimento e níveis.

O Decreto 2.208/97 foi motivo de acirrada discussão entre os representantes dos trabalhadores na área da educação, especialistas e o governo. Entre as principais críticas a ele destaca-se a manutenção do dualismo que estabelece uma separação entre o ensino médio e profissional e gera, como consequência, sistemas e redes distintas. Neste sentido, o decreto contrapõe-se a uma visão de Educação Profissional como etapa que ocorreria quando da conclusão de uma escola básica unitária. Na avaliação de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 21), “(...) trata-se de um decreto que expressava, de forma emblemática, a regressão social e educacional sob a égide do ideário neoconservador ou neoliberal e da afirmação e ampliação da desigualdade de classes e do dualismo na educação”.

O Decreto nº 2.208/97 foi revogado pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, que restabeleceu a articulação entre o ensino médio e a Educação Profissional, na sua forma integrada. Os mesmos autores chamam a atenção para o fato de que a edição desse último Decreto foi uma tentativa de resgate da consolidação da base unitária do ensino médio, para que comportasse a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas.

A Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, introduziu a Seção IV-A e os artigos 36-A, B, C e D que tratam especificamente da Educação Profissional técnica de nível médio. Estes artigos estabelecem que o ensino médio², não abrindo mão dos aspectos que integram a formação geral do educando, pode configurar-se como uma etapa de preparação para o exercício de profissões técnicas. Ao mesmo tempo, assumiu-se que “a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em Educação Profissional”.

Esses artigos fixam as novas formas de desenvolvimento e articulação da Educação Profissional técnica de nível médio no território nacional: 1) articulada com o ensino médio; e 2) subsequente, em cursos dirigidos a quem já tenha finalizado o ensino médio.

No caso da primeira forma, especificou que é facultada a possibilidade de ser oferecida através de duas formas de articulação: i) integrada (ofertada somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno); e ii) concomitante (ofertada a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso). No caso desta última situação, cabe destacar que ela pode se dar tanto na mesma instituição de ensino,

2. Trata-se da etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, e terá como finalidades: 1) a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; 2) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; 3) o aprimoramento do educando como ser humano, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; 4) a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis, quanto em instituições de ensino distintas, valendo-se das oportunidades educacionais pré-existentes; ou, então, em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

A Lei de 2008 altera também o Capítulo III da LDB que trata da Educação Profissional e Tecnológica, da maneira como esta se articula e se integra aos diferentes níveis e modalidades de ensino, além de sua organização por eixos tecnológicos e da abrangência dos cursos a serem ofertados, sendo estes: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de Educação Profissional técnica de nível médio; e, III – de Educação Profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

As modificações ocorridas nos marcos legais decorrem tanto das mudanças de orientação e concepção imprimidas na Educação Profissional a partir de 2003, quanto da importância que esta passa a assumir a partir de então, no âmbito das diretrizes e dos programas emanados pelo MEC. Essas mudanças impactaram a Educação Profissional na perspectiva de reestruturação e ampliação da oferta deste nível de ensino em âmbito nacional, seja através da expansão da rede federal ou do fortalecimento das redes estaduais de Educação Profissional e tecnológica através do Programa Brasil Profissionalizado e, mais recentemente, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O Programa Brasil Profissionalizado foi criado em 2007, através do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro daquele ano. Este programa foi instituído com a perspectiva de estimular o ensino médio integrado à Educação Profissional, enfatizando a educação científica e humanística por meio da articulação entre formação geral e Educação Profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. Visa ainda fortalecer as redes estaduais de Educação Profissional através do repasse de recursos aos estados para modernização e expansão da oferta de Educação Profissional.

Em consonância com essas modificações e como parte da política de desenvolvimento e valorização da Educação Profissional e tecnológica de nível médio, foi implantado, em 2008, o novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O Catálogo relaciona 185 possibilidades de formação para o trabalho, organizadas em 12 eixos tecnológicos. São formações de cursos técnicos de nível médio, validadas e amparadas por Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo Conselho Nacional de Educação.

Na perspectiva de quem o elaborou – o MEC juntamente com outros atores sociais que integram diferentes instâncias da so-

cidade brasileira –, tal catálogo assume o caráter de mais um importante mecanismo de organização e orientação da oferta nacional dos cursos técnicos de nível médio. Em tempo, segundo avaliam, cumpre, igualmente, um papel de indutor na medida em que ressalta novas ofertas em diferentes nichos (tecnológicos, culturais, ambientais e produtivos).

Recentemente, foi sancionada a Lei nº 12.513/2011, que instituiu o Pronatec. No documento consta que os objetivos principais de tal programa são: 1) expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; 2) fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e tecnológica; 3) contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a Educação Profissional; 4) ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; e 5) estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de Educação Profissional e tecnológica.

Ainda de acordo com o teor da lei, o Pronatec deverá atender, prioritariamente, os seguintes públicos: estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral. Para lograr êxito nos seus intentos, tal programa prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. A expectativa é que delas resulte uma ampliação da oferta de vagas da ordem de oito milhões, contemplando brasileiros de diferentes perfis, num intervalo de tempo de quatro anos.

A pesquisa sobre os modelos de gestão nas redes estaduais de Educação Profissional

A construção do roteiro

Para a pesquisa sobre o modelo de gestão das redes estaduais de Educação Profissional foi elaborado um roteiro de questões a ser respondido e preenchido pelos gestores e técnicos de cada estado. Na elaboração deste roteiro foram consideradas as informações coletadas junto à SEC/SUPROF e complementadas por meio de levantamentos realizados nos respectivos sites das secretarias estaduais, às quais a Educação Profissional está subordinada.

Com essas informações preliminares foi possível construir um cadastro com os dados da Educação Profissional nos 26 estados e no Distrito Federal. Além das informações básicas como o nome do gestor, denominação do cargo, contatos dos assessores e secretárias, telefone, e-mail, essa relação continha ainda as secretarias de estado às quais a Educação Profissional se vincula, ou ainda se o órgão gestor pertencia à administração direta ou era uma autarquia da administração indireta. Esse cadastro forneceu, desde já, uma boa referência do perfil da gestão das redes estaduais de Educação Profissional.

Todos esses insumos e subsídios permitiram contemplar, no roteiro, a diversidade e as especificidades que caracterizam a Educação Profissional no conjunto das redes estaduais. A primeira versão foi submetida à apreciação de técnicos, diretores e do superintendente da SUPROF que sugeriram modificações e inclusão de questões, todas pertinentes e incorporadas.

Durante o encontro de gestores estaduais realizado em Salvador, em dezembro de 2009, outras informações foram levantadas e a partir daí elaborou-se a versão final do roteiro. As questões do roteiro contendo perguntas abertas e fechadas foram agrupadas em quatro blocos:

- a) Identificação;
- b) Estrutura física, matrículas e oferta de cursos;

c) Organização, gestão, serviços, regulação e financiamento;

d) Relacionamento com outros atores da Educação Profissional no estado.

A participação da equipe técnica desse estudo no encontro de gestores estaduais em 2009 foi fundamental para o entendimento dos principais elementos e questões que caracterizam a Educação Profissional nas redes estaduais, além de ter facilitado os contatos que foram realizados para o levantamento das informações.

O levantamento das informações

O levantamento das informações se iniciou em março de 2010 e foi realizado por telefone e através de correspondência eletrônica. À medida que cada estado enviava o roteiro preenchido, o mesmo era submetido a uma análise crítica para verificação de lacunas e inconsistências, as quais eram complementadas e corrigidas junto aos responsáveis pela informação. O roteiro foi respondido por 21 estados e o Distrito Federal. Não responderam ao roteiro os estados do Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba e Piauí.

A tabulação e sistematização das informações

Foi elaborado o plano tabular em *software* apropriado. Para a tabulação foi elaborada uma máscara no programa, tendo em vista as perguntas e respostas do roteiro de questões. Esta máscara corresponde ao dicionário do questionário, onde as respostas foram categorizadas mediante a criação de uma legenda para cada padrão de resposta, permitindo assim o cruzamento de variáveis e análises de frequências. Algumas questões não foram respondidas por alguns estados e outras foram respondidas de forma inconsistente, gerando lacunas que podem ser verificadas parcialmente em algumas tabelas e, de maneira completa, na base de dados que foi gerada. Com a base de dados pronta, foram gerados frequências e cruzamentos que, por sua vez, deram origem às tabelas e aos gráficos deste relatório. Para preenchimento das lacunas, foram levantados dados complementares junto ao Ministério da Educação (MEC), especificamente no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Estrutura física e perfil das matrículas nas redes estaduais de Educação Profissional

As informações sobre a estrutura das redes estaduais de Educação Profissional foram captadas por meio do Bloco B do roteiro de questões. Foram elaboradas nove questões que buscaram mapear as unidades e os centros, a distribuição geográfica entre capital e interior, a oferta total de vagas e matrículas, além da forma de articulação com o ensino médio, a oferta de Proeja (educação de jovens e adultos) integrada à Educação Profissional. Investigou-se também oferta de ensino tecnológico, principais eixos e cursos, entre outras questões relativas à estrutura física das redes estaduais de Educação Profissional.

Unidades e centros de Educação Profissional

Nem todos os estados responderam a esta questão diferenciando as unidades que ofertam Educação Profissional dos centros de Educação Profissional. Estes últimos têm como objetivo ofertar exclusivamente Educação Profissional, integrada ao ensino médio ou às demais formas de desenvolvimento e articulação. Assim, as informações para alguns estados podem estar subestimadas pelo fato de terem informado apenas os centros de Educação Profissional, omitindo informações sobre as unidades escolares que também ofertam Educação Profissional.

Cada estado possui estratégias diferenciadas em relação ao número de centros e unidades. Das respostas coletadas, pode-se inferir que estas estratégias obedecem a vários critérios, desde os vinculados à extensão do território, suas divisões e o número de municípios, até a estratégia adotada para a gestão da Educação Profissional no que se refere a centralizá-la nas secretarias de educação, outras secretarias e órgãos, ou ainda o estabelecimento de contratos de gestão com instituições privadas. Esse tema do modelo de gestão será tratado com mais profundidade em capítulo específico.

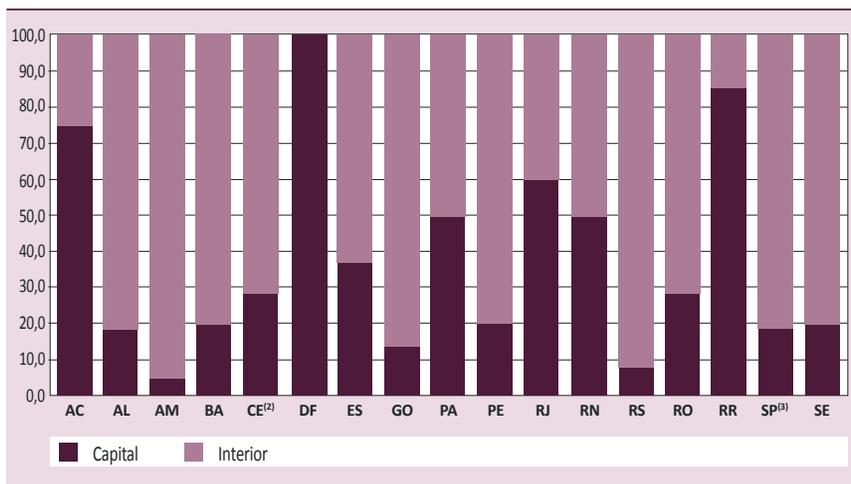
Pelos motivos elencados, não será possível estabelecer nenhum tipo de ordenamento em relação à quantidade de unidades

TABELA 1**Distribuição das Unidades de Educação Profissional das Redes Estaduais Brasil - 2010⁽¹⁾**

UF/Redes estaduais	Total	Capital	Interior	UF/Redes estaduais	Total	Capital	Interior
Acre	4	3	1	Paraná	288	-	-
Alagoas	16	3	13	Pernambuco	5	1	4
Amapá	17	-	-	Rio de Janeiro	30	18	12
Amazonas	64	3	61	Rio Grande do Norte	4	2	2
Bahia	148	29	119	Rio Grande do Sul	148	12	136
Ceará ⁽²⁾	59	17	42	Rondônia	14	4	10
Distrito Federal	3	3	-	Roraima	7	6	1
Espírito Santo	62	23	39	Santa Catarina	79	-	-
Goiás	15	2	13	São Paulo ⁽³⁾	173	33	140
Mato Grosso do Sul	16	-	-	Sergipe	5	1	4
Pará	14	7	7	Tocantins	2	-	-

Fonte: DIEESE. Pesquisa Direta - 2010

Nota: (1) As informações referem-se às unidades existentes em 2009. Entre as 22 Unidades da Federação incluindo o Distrito Federal que participaram do levantamento, 17 responderam à localização das unidades e centros entre capital e interior; (2) Refere-se à oferta da Secretaria de Educação deste estado. No Ceará, a Secretaria de Ciência e Tecnologia também oferta Educação Profissional através de um contrato de gestão com o Instituto Centro de Ensino Tecnológico - Centec; (3) Não inclui as Faetecs

GRÁFICO 1**Distribuição das Unidades de Educação Profissional das Redes Estaduais entre Capital e Interior - 2010⁽¹⁾ (em %)**

Fonte: DIEESE. Pesquisa Direta - 2010

Nota: (1) As informações referem-se às unidades existentes em 2009. Entre as 22 unidades da Federação que participaram do levantamento, incluindo o Distrito Federal, 17 responderam à localização das unidades e dos centros entre capital e interior

(2) No Ceará refere-se à oferta da Secretaria de Educação deste estado

(3) Em São Paulo, não estão incluídas as Faetecs

e centros entre os estados, ainda que estes quantitativos fossem relativizados em relação à população de cada estado, seja total ou referente a alguma parcela dessa população, ou ainda pelo número de municípios. As

TABELA 2

Número de estabelecimentos na Educação Profissional técnica de nível médio⁽¹⁾

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2007 e 2010 (em n^{os} absolutos)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	2007	2010	Variação 2007/2010 (em %)
Norte	70	100	42,9
Acre	3	3	-
Amapá	4	10	150,0
Amazonas	41	41	-
Pará	9	15	66,7
Rondônia	2	4	100,0
Roraima	0	7	-
Tocantins	11	20	81,8
Nordeste	111	326	193,7
Alagoas	10	4	-60,0
Bahia	42	146	247,6
Ceará	7	61	771,4
Maranhão	7	39	457,1
Paraíba	7	11	57,1
Pernambuco	13	21	61,5
Piauí	17	36	111,8
Rio Grande do Norte	6	4	-33,3
Sergipe	2	4	100,0
Sudeste	335	808	141,2
Espírito Santo	72	56	-22,2
Minas Gerais	22	427	1.840,9
Rio de Janeiro	101	116	14,9
São Paulo	140	209	49,3
Sul	388	500	28,9
Paraná	192	268	39,6
Rio Grande do Sul	150	150	-
Santa Catarina	46	82	78,3
Centro-Oeste	27	98	263,0
Distrito Federal	6	6	-
Goiás	8	12	50,0
Mato Grosso	5	57	1.040,0
Mato Grosso do Sul	8	23	187,5
BRASIL	931	1.832	96,8

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui estabelecimentos com oferta de ensino médio integrado, concomitante, subsequente e Proeja

unidades e centros também se diferenciam em relação ao tamanho, e um estado pode possuir um menor número de centros e unidades, mas ofertar número maior de matrículas.

Embora não exista um modelo único entre os estados, observa-se uma preocupação que perpassa a estratégia de todos eles: ofertar Educação Profissional em todos os municípios. De acordo com esta estratégia é que foi adotada, por quase todos os estados, a política de ampliar e expandir a oferta de Educação Profissional através das unidades escolares de ensino médio, que também ofertam cursos de Educação Profissional.

Os dados da Tabela 2 (p. 21) foram extraídos do Censo Escolar 2007 e 2010 e servem para demonstrar o crescimento do número de unidades que ofertam Educação Profissional no país como um todo. É possível verificar que este número praticamente dobra num período de três anos. Entretanto, este crescimento resultou de um movimento bastante irregular nos estados. Enquanto em alguns houve aumento muito significativo, em outros, ocorreu redução do número de estabelecimentos e, em outros ainda, o número de unidades foi mantido. Ainda de acordo com os dados do Censo Escolar, a análise das unidades por forma de desenvolvimento e articulação evidencia que, na maioria dos estados onde houve um crescimento expressivo (mais de 50%), este resultou de uma expansão no total de matrículas no ensino médio integrado e no Proeja³.

Evolução e perfil das matrículas na Educação Profissional

A captação das informações sobre matrículas e vagas teve como objetivo elaborar o perfil da Educação Profissional em cada estado quanto à quantidade ofertada e às formas em que se desenvolve e se articula com o ensino médio. Entretanto, as informações sobre as matrículas captadas diretamente nos estados através desse levantamento revelaram-se inconsistentes. Alguns informaram somente o número de vagas, outros informaram o número de matrículas. Em alguns, o ano informado foi 2009, em outros os dados referiam-se a 2010. Para preencher essa lacuna, foram utilizadas as informações do Censo Escolar realizado pelo Inep. Este procedimento permitiu traçar um perfil mais completo das redes estaduais, além de garantir a obtenção de informações dos estados que não participaram do levantamento.

3. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

As informações da Tabela 3 revelam um aumento de mais de 60% nas matrículas na Educação Profissional no conjunto das redes estaduais. Assim como o observado na evolução do número de unidades, o crescimento das matrículas para o conjunto do país resulta de movimentos distintos em cada estado. Foi observado crescimento significativo no número de matrículas em algumas regiões, assim como redução e permanência em outras.

Na região Norte do país, destacam-se os estados do Amapá e do Pará: o primeiro triplicou a oferta de Educação Profissional, enquanto o segundo quadruplicou. O crescimento nestes estados foi significativo, embora os demais também tenham ampliado bastante as matrículas de Educação Profissional, à exceção do Amazonas cuja oferta diminuiu. As informações de Roraima indicam que este estado já havia passado a ofertar Educação Profissional na rede estadual em 2010.

Na região Nordeste, o comportamento das matrículas de Educação Profissional mostrou-se bastante irregular. Dos nove estados que compõem esta região, três deles apresentaram uma queda nas matrículas. Este é um movimento atípico, pois enquanto todas as redes estaduais estão em expansão, esses estados reduziram a oferta de Educação Profissional. O estado de Alagoas, por exemplo, teve redução de suas matrículas a menos de um terço entre 2007 e 2010. Quanto aos estados onde a oferta foi ampliada, o aumento foi expressivo. O estado que menos cresceu foi o Piauí, mas, ainda assim, a expansão das matrículas foi de 85%. O destaque é o estado do Ceará, onde o crescimento, nesses três anos, mostra um movimento de retomada da Educação Profissional na rede estadual a partir de 2007. Esta mesma avaliação pode ser generalizada para os demais estados da região, ou seja, os elevados percentuais de expansão das matrículas indicam uma retomada da Educação Profissional em suas respectivas redes, na segunda metade da década dos anos 2000.

Na região Sudeste, destaca-se Minas Gerais, cujas informações evidenciam que este estado, ao longo dos três anos do período analisado, vem ampliando as matrículas na rede estadual. Mesmo o estado de São Paulo, cuja rede estadual de Educação Profissional já é uma referência na oferta de Educação Profissional de longa data, experimenta um crescimento bem expressivo da ordem de 72%. Já os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro pouco ampliaram a oferta no período.

Na região Sul, os estados de Santa Catarina e Paraná expandiram a oferta de matrículas em níveis normais. Nestes estados, a Educação Profissional está presente nas redes estaduais há mais tempo do que nos estados das regiões Norte e Nordeste, por exemplo, onde

TABELA 3**Número de matrículas⁽¹⁾ na rede estadual de Educação Profissional e proporção de matrículas da rede estadual no total de matrículas de todas as redes⁽²⁾**

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2007 e 2010 (em nos absolutos)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	2007	2010	Variação 2007/2010 (em %)	Proporção de Matrículas (em %)	
				2007	2010
Norte	11.612	21.190	82,5	36,3	36,3
Acre	859	1.521	77,1	81,6	85,6
Amapá	728	2.572	253,3	35,3	72,2
Amazonas	7.247	5.269	-27,3	59,0	29,5
Pará	1.709	8.017	369,1	21,6	44,3
Rondônia	91	223	145,1	3,5	4,5
Roraima	0	938	-	-	28,7
Tocantins	978	2.650	171,0	21,9	30,0
Nordeste	33.036	84.861	156,9	31,5	42,3
Alagoas	5.130	1.599	-68,8	54,9	21,6
Bahia	8.995	35.677	296,6	40,3	69,6
Ceará	1.463	17.693	1.109,4	11,4	45,4
Maranhão	1.173	2.544	116,9	18,1	19,7
Paraíba	2.959	1.842	-37,7	33,7	18,7
Pernambuco	2.864	7.008	144,7	15,9	23,3
Piauí	9.208	17.043	85,1	61,8	62,1
Rio Grande do Norte	1.009	711	-29,5	12,1	4,0
Sergipe	235	744	216,6	5,9	15,1
Sudeste	117.564	194.236	65,2	26,1	30,3
Espírito Santo	6.266	6.465	3,2	27,3	20,5
Minas Gerais	4.800	22.794	374,9	5,4	14,5
Rio de Janeiro	28.778	31.635	9,9	36,9	31,3
São Paulo	77.720	133.342	71,6	29,9	37,8
Sul	85.544	101.938	19,2	49,4	45,8
Paraná	42.102	55.625	32,1	69,9	63,3
Rio Grande do Sul	31.879	31.411	-1,5	40,3	36,0
Santa Catarina	11.563	14.902	28,9	34,2	31,3
Centro-Oeste	6.686	15.932	138,3	22,3	29,0
Distrito Federal	2.352	4.809	104,5	36,6	36,0
Goiás	2.311	1.354	-41,4	16,6	6,9
Mato Grosso	171	6.960	3.970,2	5,0	51,9
Mato Grosso do Sul	1.852	2.809	51,7	30,1	32,5
BRASIL	254.442	418.157	64,3	32,2	35,5

Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui matrículas no ensino médio integrado, concomitante, subsequente e Proeja

(2) O Censo Escolar classifica a dependência administrativa em quatro: federal, estadual, municipal e privada

o aumento da oferta de matrícula foi bastante significativo, na maioria dos estados.

Na região Centro-Oeste, com exceção do estado de Goiás, onde o número de matrículas na rede estadual sofreu uma redução, as redes estaduais de Educação Profissional ampliaram a oferta. Destaque para Mato Grosso, cujo crescimento expressa um movimento de resgate da Educação Profissional na rede estadual.

Outro indicador calculado a partir das informações do Censo Escolar é a proporção das matrículas da rede estadual no total de matrículas de todas as redes. Apesar da expansão significativa da proporção de matrículas ocorrida em vários estados, esta não resultou em uma ampliação, na mesma medida, da participação das redes estaduais em seu conjunto considerando o total de matrículas ofertadas. A expansão observada elevou a participação da oferta pública estadual de 32,2% em 2007 para 35,5% em 2010⁴.

Quanto aos estados que ampliaram ou mantiveram sua participação, nem sempre esta se deu na mesma proporção do aumento ocorrido do número de matrículas, evidenciando que as demais redes (federal, municipal ou privada) também ampliaram suas matrículas.

Observa-se que durante o período analisado, os estados que reduziram sua participação no total das matrículas de todas as redes foram aqueles cujas matrículas foram reduzidas ou cresceram muito pouco. A exceção fica para o estado de Santa Catarina, onde a oferta de matrículas cresceu cerca de 29%, mas ainda assim a participação da rede estadual no total das matrículas caiu de 34,2% em 2007 para 31,3% em 2010.

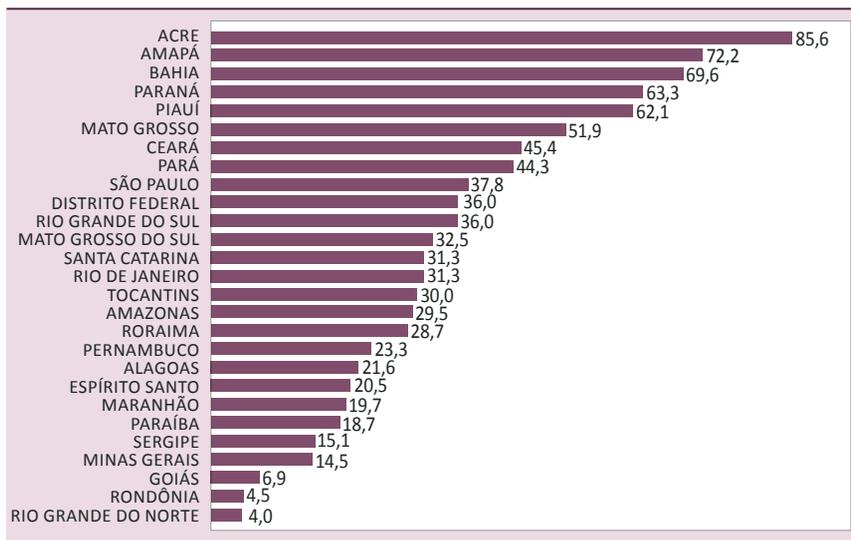
Analisando o perfil da proporção de matrículas das redes estaduais em 2010 (Gráfico 2), estas podem ser classificadas em três grupos. No primeiro grupo, composto por 16 estados, estão aqueles cuja participação está abaixo da média nacional de 35,5%: Amazonas (29,5%); Rondônia (4,5%); Roraima (28,7%); Tocantins (30,0%); Alagoas (21,6%); Maranhão (19,7%); Paraíba (18,7%); Pernambuco (23,3%); Rio Grande do Norte (4,0%); Sergipe (15,1%); Espírito Santo (20,5%); Minas Gerais (14,5%); Rio de Janeiro (31,3%); Santa Catarina (31,3%); Goiás (6,9%); e Mato Grosso do Sul (32,5%).

Outro grupo é formado por aqueles estados cuja participação está acima da média do Brasil, mas está abaixo de 50%. São

4. De acordo com os dados do Censo Escolar 2010, as redes federal e estadual em conjunto respondem por aproximadamente 50% do total de matrículas na Educação Profissional de todas as redes.

GRÁFICO 2**Proporção de matrículas⁽¹⁾ da rede estadual no total de matrículas de todas as redes⁽²⁾**

Unidades da Federação - 2010 (em %)



Fonte: Inep. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui matrículas no ensino médio integrado, concomitante, subsequente e Projeja

(2) O Censo Escolar classifica a dependência administrativa em quatro: federal, estadual, municipal e privada

cinco estados no total: Pará (44,3%); Ceará (45,4%); São Paulo (37,8%); Rio Grande do Sul (36,0%); e Distrito Federal (36,0%).

O terceiro grupo é composto pelos estados cuja participação das redes estaduais é superior a 50%, ou seja, a oferta pública estadual representa a maioria da oferta de Educação Profissional no total das matrículas de todas as redes nestes estados. São eles: Acre (85,6%); Amapá (72,2%); Bahia (69,6%); Piauí (62,1%); Paraná (63,3%); e Mato Grosso (51,9%).

A análise da evolução e da participação das redes estaduais de Educação Profissional revela que os movimentos realizados pelos estados no período analisado, reestruturando e expandindo a oferta de Educação Profissional, têm contribuído para maior participação da oferta pública de Educação Profissional no país. Apesar de ainda não refletir uma expansão das redes públicas estaduais em seu conjunto, nas regiões Norte e Nordeste do país a ampliação significativa da oferta de Educação Profissional pública poderá reconfigurar o perfil educacional da população de jovens e adultos, bem como da inserção dessa população no mundo

TABELA 4**Número de matrículas na rede estadual de Educação Profissional por tipo de oferta**

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2010

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Integrada		Concomitante		Subsequente		Proeja		Total
	N ^{os} abs.	Em %	N ^{os} abs.	Em %	N ^{os} abs.	Em %	N ^{os} abs.	Em %	
Norte	5.922	27,9	705	3,3	13.609	64,2	954	4,5	21.190
Acre	-	-	-	-	1.521	100,0	-	-	1.521
Amapá	1.572	61,1	57	2,2	943	36,7	-	-	2.572
Amazonas	-	-	256	4,9	5.013	95,1	-	-	5.269
Pará	1.757	21,9	282	3,5	5.278	65,8	700	8,7	8.017
Rondônia	72	32,3	-	-	85	38,1	66	29,6	223
Roraima	864	92,1	-	-	74	7,9	-	-	938
Tocantins	1.657	62,5	110	4,2	695	26,2	188	7,1	2.650
Nordeste	56.453	66,5	1.624	1,9	23.733	28,0	3.051	3,6	84.861
Alagoas	975	61,0	361	22,6	240	15,0	23	1,4	1.599
Bahia	24.607	69,0	-	-	8.836	24,8	2.234	6,3	35.677
Ceará	17.606	99,5	-	-	87	0,5	-	-	17.693
Maranhão	1.904	74,8	183	7,2	-	-	457	18,0	2.544
Paraíba	1.210	65,7	265	14,4	292	15,9	75	4,1	1.842
Pernambuco	2.107	30,1	151	2,2	4.750	67,8	-	-	7.008
Piauí	7.554	44,3	603	3,5	8.709	51,1	177	1,0	17.043
Rio Grande do Norte	427	60,1	-	-	199	28,0	85	12,0	711
Sergipe	63	8,5	61	8,2	620	83,3	-	-	744
Sudeste	8.222	4,2	58.687	30,2	113.676	58,5	13.651	7,0	194.236
Espírito Santo	3.376	52,2	30	0,5	3.059	47,3	-	-	6.465
Minas Gerais	-	-	2.133	9,4	7.385	32,4	13.276	58,2	22.794
Rio de Janeiro	1.872	5,9	13.004	41,1	16.384	51,8	375	1,2	31.635
São Paulo	2.974	2,2	43.520	32,6	86.848	65,1	-	-	133.342
Sul	31.216	30,6	10.646	10,4	58.353	57,2	1.723	1,7	101.938
Paraná	24.767	44,5	-	-	29.135	52,4	1.723	3,1	55.625
Rio Grande do Sul	889	2,8	6.646	21,2	23.876	76,0	-	-	31.411
Santa Catarina	5.560	37,3	4.000	26,8	5.342	35,8	-	-	14.902
Centro-Oeste	6.772	42,5	1.123	7,0	7.497	47,1	540	3,4	15.932
Distrito Federal	446	9,3	495	10,3	3.868	80,4	-	-	4.809
Goiás	-	-	224	16,5	1.058	78,1	72	5,3	1.354
Mato Grosso	5.698	81,9	319	4,6	538	7,7	405	5,8	6.960
Mato Grosso do Sul	628	22,4	85	3,0	2.033	72,4	63	2,2	2.809
BRASIL	108.585	26,0	72.785	17,4	216.868	51,9	19.919	4,8	418.157

Fonte: Inep. Censo Escolar
Elaboração: DIEESE

do trabalho. Os impactos dessa mudança, no entanto, necessitam de um melhor acompanhamento através de indicadores específicos.

Quanto ao tipo de oferta, de acordo com as informações da Tabela 4 (p. 27), em 2010, a principal oferta no conjunto das redes era representada pela Educação Profissional subsequente ao ensino médio, cuja característica é ser dirigida a quem já tenha concluído o ensino e busca uma profissionalização. Em segundo lugar, encontra-se a Educação Profissional integrada ao ensino médio. As ofertas de Educação Profissional concomitante ao ensino médio e o Proeja aparecem em terceiro e quarto lugar, respectivamente. Com exceção da região Nordeste, onde a Educação Profissional integrada ao ensino médio ocupa o primeiro lugar, nas demais regiões este lugar permanece sendo do ensino subsequente. Quanto à oferta que vem em segundo lugar, apenas na região Sudeste este lugar é ocupado pela oferta de Educação Profissional concomitante ao ensino médio. Nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste a oferta que vem em segundo lugar é a Educação Profissional integrada ao ensino médio e na região Nordeste este lugar é ocupado pelo ensino subsequente. A oferta de Proeja ocupa o último lugar em todas as regiões.

Cursos e eixos tecnológicos

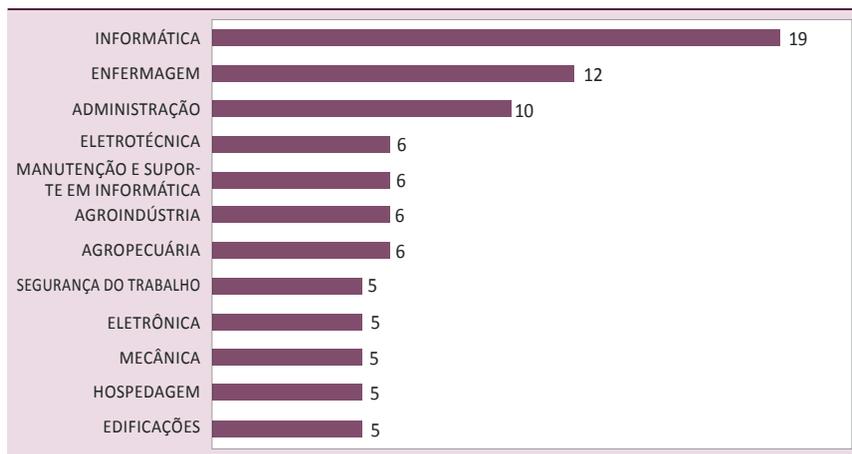
Considerando o número de matrículas, os 22 estados que participaram do levantamento informaram ofertar 62 cursos distintos. Deste total, 19 estados disseram que o principal curso ofertado é o curso técnico em informática; em segundo lugar vem o curso técnico em enfermagem com 12 estados ofertantes, seguido do curso técnico em administração com oferta em 10 estados (Gráfico 3).

Quanto aos eixos tecnológicos, esses 62 cursos se agrupam em 10 eixos. Do total de eixos tecnológicos constantes no catálogo nacional de cursos técnicos⁵, apenas no eixo Produção Cultural e Design não foi informada nenhuma oferta de curso. Considera-se este resultado satisfatório, já que os sistemas de ensino começaram a se adequar a este catálogo a partir de 2009, data de referência das informações desse levantamento. Sobre essa questão, com exceção de dois estados, os demais informaram já terem implantado os cursos em conformidade com os eixos tecnológicos definidos pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

5. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos contém 12 eixos tecnológicos que agrupam 185 cursos, dos quais 21 são de oferta exclusiva das Forças Armadas brasileira, por meio das escolas de formação e integram o Eixo Militar.

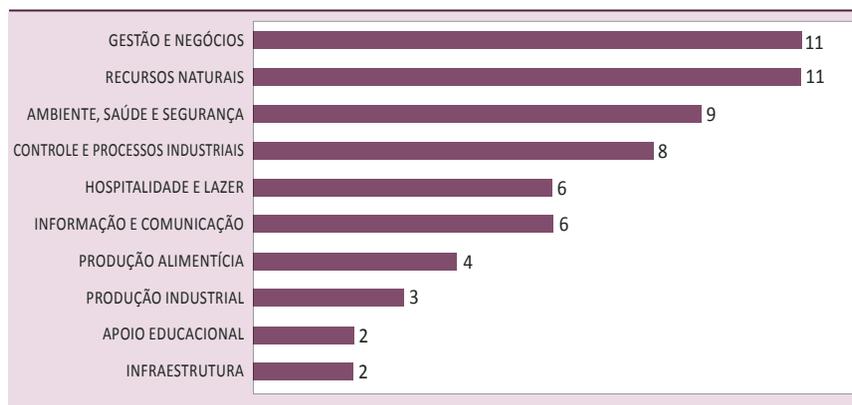
Sobre a forma de acesso aos cursos de Educação Profissional, apenas o estado de Alagoas informou que não realiza nenhum tipo de seleção para acesso aos cursos. Os demais informaram que realizam algum tipo de processo seletivo através de provas ou sorteios, seja

GRÁFICO 3
Cursos técnicos mais frequentes ofertados nas redes estaduais
 2010 (em n^{os} absolutos)



Fonte: DIEESE, Pesquisa Direta - 2010
 Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 4
Número de cursos por eixos tecnológicos ofertados nas redes estaduais
 2010 (em n^{os} absolutos)



Fonte: DIEESE, Pesquisa Direta - 2010
 Elaboração: DIEESE

para todos os cursos e tipos de oferta ou apenas para alguns cursos e/ou modalidade de oferta.

Considerando o contexto de retomada da Educação Profissional no país no final dos anos 2000, um dos aspectos investigados no levantamento realizado foi em relação ao estágio da rede de Educação Profissional no estado, quanto ao funcionamento. Dos 21 estados que responderam a esta questão, 15 declaram que o estágio atual da rede era de ampliação, enquanto seis disseram ainda estar em fase de implantação da rede estadual de Educação Profissional.

Modelo de gestão, contratação, serviços, controle social e marco legal da Educação Profissional

Com o objetivo de caracterizar o modelo de gestão da Educação Profissional em cada estado, foi elaborado um conjunto de questões relacionadas ao tema da gestão. As perguntas envolvem a secretaria de estado a que se vincula a Educação Profissional, a existência e natureza do órgão que faz a gestão da Educação Profissional, passando pela existência de conselhos ou colegiado nas unidades e nos centros, até a estrutura de serviços e gestão das unidades e centros, entre outras, cujos resultados serão apresentados e analisados a seguir.

Estrutura administrativa da gestão da Educação Profissional

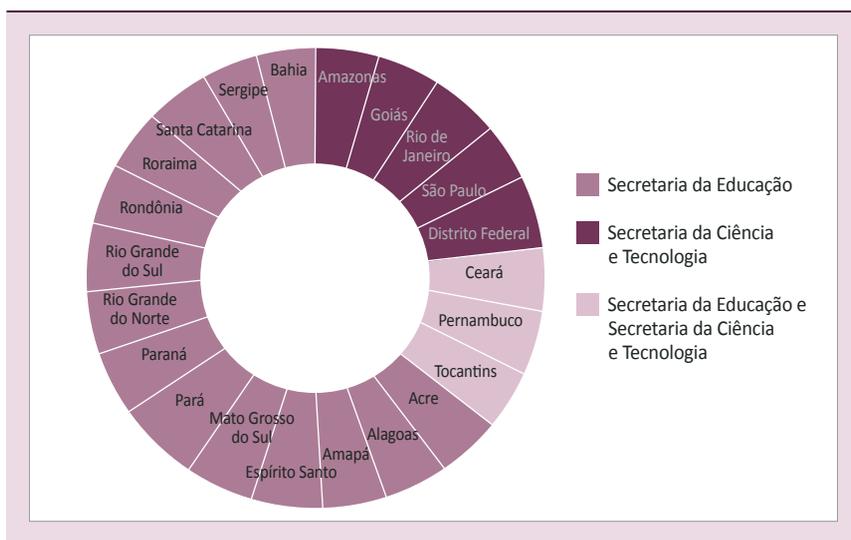
Neste tema, a primeira questão a ser investigada foi a respeito da qual secretaria de estado a Educação Profissional se vincula. A Educação Profissional é regulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo assim, pareceria óbvio que a gestão da oferta deste nível ou modalidade de ensino no âmbito dos estados ficasse a cargo de suas respectivas secretarias de educação. Entretanto nem sempre isso que se verificou.

Dentre os 22 estados incluindo o Distrito Federal que participaram do levantamento, 14 informaram que a Educação Profissional está vinculada à secretaria de educação. Dos demais restantes, em cinco eram vinculados à Ciência e Tecnologia e em quatro vinculados a ambas. Este resultado evidencia certa divisão de papéis entre as secretarias da educação e as da ciência e tecnologia no que tange à Educação Profissional. No caso dos estados que possuem dupla vinculação, cabe às secretarias de educação a gestão da oferta de Educação Profissional integrada ao ensino médio e às secretarias de ciência e tecnologia a gestão das ofertas concomitante e subsequente ao ensino médio (Gráfico 5).

Foi investigada também a forma como a Educação Profissional se vincula à estrutura administrativa do estado, ou seja, se a

GRÁFICO 5

Secretaria a qual a Educação Profissional está vinculada 2010



Fonte: DIEESE. Pesquisa Direta - 2010

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) No estado de São Paulo a Secretaria denomina-se Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

(2) Em muitos estados, a Secretaria de Educação inclui também Cultura e Esporte

gestão se dá através da administração direta ou centralizada ou através da administração indireta ou descentralizada.

Das 22 unidades investigadas, em quatro, a gestão da Educação Profissional é realizada por intermédio de órgãos da administração indireta. Isso ocorre nos estados do Acre, Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo. Estes órgãos podem ser centros, institutos ou até mesmo fundações, mas, de acordo com a personalidade jurídica, são estruturas autárquicas. Em Pernambuco e no Ceará existem duas organizações sociais – que não fazem parte da estrutura administrativa destas unidades – com as quais esses estados firmam contratos de gestão pelos quais transferem a elas uma parte da execução dos serviços de Educação Profissional. Vale ressaltar que, nestes estados, a maior parte da oferta de Educação Profissional está a cargo das respectivas secretarias de educação (Quadro 1).

Quanto ao tipo de vinculação com a estrutura da administração pública, em 16 dos 22 estados, a gestão da Educação Profissional se vincula à administração direta através de órgãos como superintendências, diretorias, gerências e coordenações.

QUADRO 1

Autarquias e organizações sociais na gestão da Educação Profissional 2010

UF/Redes Estaduais	Órgão Gestor	Natureza	Secretaria
ACRE	Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir Grechi – Idep	Autarquia	Secretaria de Educação
AMAZONAS	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – Cetam	Autarquia	Secretaria de Ciência e Tecnologia
CEARÁ	Instituto Centro de Ensino Tecnológico – Centec ⁽¹⁾	Organização Social	Secretaria de Ciência e Tecnologia e Secretaria de Educação
PERNAMBUCO	Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – Itep	Organização Social	Secretaria de Ciência e Tecnologia e Secretaria de Educação
RIO DE JANEIRO	Fundação de Apoio à Escola Técnica – Faetec	Autarquia	Secretaria de Ciência e Tecnologia
SÃO PAULO	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceetps	Autarquia	Secretaria de Ciência e Tecnologia

Fonte: DIEESE. Pesquisa Direta - 2010

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O Instituto Centro de Ensino Tecnológico – Centec oferta apenas Educação Profissional técnica de nível médio nas formas subsequente e concomitante. A Educação Profissional integrada ao ensino médio é ofertada pela Secretaria Estadual de Educação e concentra o maior número de matrículas

Do ponto de vista hierárquico, as informações disponibilizadas não permitiram definir o “lugar” que o órgão gestor da Educação Profissional ocupa na administração direta dentro de cada secretaria. Entretanto, é natural supor que uma Superintendência seja hierarquicamente superior às Diretorias e estas, às Gerências e Coordenações. Também é natural supor que quanto maior a hierarquia do órgão gestor, mais elevado é o “status” da gestão da Educação Profissional e o seu grau de autonomia, ainda que esse órgão seja vinculado à administração direta. Observa-se que as superintendências são as mais frequentes, seguidas das diretorias, gerências e coordenações.

QUADRO 2**Órgãos gestores da Educação Profissional na administração direta
2010**

UF/Redes Estaduais	Natureza do órgão gestor	Secretaria
Alagoas	Superintendência	Secretaria da Educação
Amapá	Núcleo	Secretaria da Educação
Bahia	Superintendência	Secretaria da Educação
Ceará	Célula	Secretaria de Educação
Espírito Santo	Gerência	Secretaria da Educação
Goiás	Superintendência	Secretaria de Ciência e Tecnologia
Mato Grosso do Sul	Coordenação	Secretaria da Educação
Pará	Diretoria	Secretaria da Educação
Paraná	Departamento	Secretaria da Educação
Rio Grande do Norte	Subcoordenação	Secretaria da Educação
Rio Grande do Sul	Superintendência	Secretaria da Educação
Roraima	Divisão	Secretaria da Educação
Roraima	Gerência	Secretaria da Educação
Santa Catarina	Coordenação	Secretaria da Educação
Sergipe	Diretoria	Secretaria da Educação
Tocantins	Diretoria	Sec. de Ciência e Tecnologia e Sec. de Educação

Fonte: DIEESE. Pesquisa Direta 2010

Obs.: a) O Distrito Federal não informou o órgão gestor

Em síntese, as informações relativas à estrutura administrativa da gestão da Educação Profissional permitem concluir que, nas redes estaduais de Educação Profissional, não existe um modelo único de gestão, diferentemente dos demais níveis de ensino cujas estruturas guardam entre si certo padrão de gestão entre os estados. Essa assimetria na gestão da Educação Profissional nas redes estaduais está presente em todas as esferas, desde a vinculação às distintas secretarias, até a existência de estruturas autárquicas, contratos de gestão com organizações sociais e órgãos gestores dos mais diferentes níveis hierárquicos.

Contratação e capacitação dos docentes

Em relação à forma de contratação de docentes, a maioria das redes estaduais de Educação Profissional declarou que possui em seu quadro funcionários permanentes (contratados via concurso público) e contratados por tempo determinado (temporários). As entidades

autárquicas e as organizações sociais possuem maior flexibilidade na contratação de docentes.

Tendo em vista o papel da Educação Profissional na preparação de jovens e adultos para ingresso no mundo do trabalho, a capacitação do corpo docente da Educação Profissional é condição necessária para garantir a qualidade deste nível de ensino. As informações captadas junto às redes estaduais demonstram que, na maioria dos estados, a capacitação dos docentes é realizada através do próprio órgão gestor da Educação Profissional; alguns também realizam esta capacitação através de parcerias com universidades.

Serviços de orientação profissional e estágio

Juntamente com a capacitação dos docentes, outro fator relevante para a Educação Profissional é a existência de um serviço de orientação profissional nas unidades e centros. A orientação profissional objetiva estabelecer maior sintonia entre as expectativas individuais do jovem, seu processo de aprendizado e as expectativas de ingresso no mundo do trabalho. Apenas sete estados possuem serviços de orientação profissional. Das 15 redes estaduais que declararam não possuir serviço de orientação profissional, oito pretendem implantar o serviço.

O estágio é uma etapa importante do processo de aprendizado e tem como objetivo permitir que os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas unidades e centros de Educação Profissional possam ser vivenciados e experimentados em situações concretas de trabalho. Além disso, o estágio possibilita ao aluno identificar as áreas de interesse compatíveis com o perfil do curso realizado, ampliando as suas oportunidades de escolhas em relação à futura inserção no mundo do trabalho.

Apenas três estados informaram ainda não possuir serviços de estágios nas unidades e centros de Educação Profissional, mas pretendem implantar, inclusive de forma integrada com os serviços de orientação profissional. Informaram ainda que os convênios com as empresas são realizados de forma centralizada pela Secretaria de Educação.

Aqueles que possuem esse tipo de serviço nas unidades e centros fazem convênio direto com as empresas ou parcerias com outras instituições, como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) ou o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), nos dois casos, organizações empresariais que executam programas de estágio. No âmbito das unidades e centros, essa relação com o mundo do trabalho é realizada ainda por gestores de-

signados para esta função, coordenadores de cursos e áreas e professores orientadores de estágio.

Ações de certificação profissional

Foi perguntado às redes estaduais se realizam ações de certificação profissional. Dos 21 estados que responderam a esta questão, 11 informaram que existem ações de certificação profissional, enquanto 10 informaram que não realizam e, destes, apenas quatro pretendem implantar ações de certificação profissional. A sistematização das ações de certificação declaradas pelos estados que informaram realizar ações desta natureza fornecem pistas de que o entendimento que possuem sobre a certificação profissional é bem distinto entre eles. Na verdade, as ações de certificação informadas são as ações referentes à certificação dos concluintes dos cursos oferecidos. Mesmo os estados que informaram não realizar nenhuma ação de certificação profissional parecem ter o mesmo entendimento do que sejam estas ações, ou seja, a certificação profissional é um dos elementos que integra o sistema de formação para o trabalho e visa o reconhecimento formal dos saberes, conhecimentos e práticas adquiridas pelo trabalhador ou trabalhadora ao longo de sua vida em diferentes espaços.

Conselho ou Colegiado Escolar

Os conselhos ou colegiados são formas participativas de gestão e controle da sociedade organizada sobre a política pública. Neste ponto, buscou-se identificar a existência de conselhos ou colegiados nas unidades e centros, sua composição e papel. Dos 22 estados que participaram do levantamento, quatro informaram não possuir conselho ou colegiado escolar, mas um destes pretende implantar. Dois informaram estar em fase de implantação e os demais, 16, informaram possuir conselhos e colegiados escolar nas unidades e centros de Educação Profissional. Perguntados sobre qual a composição, os estados informaram que o conselho ou colegiado é composto de professores, pais e alunos, ou seja, a comunidade escolar. Apenas um estado informou que os conselhos dos centros são compostos, além da comunidade escolar, por representantes de segmentos de fora da unidade ou centros de Educação Profissional, poder público local, empresários, trabalhadores e movimentos sociais.

Câmara ou Comissão de Educação Profissional

Quando perguntadas sobre a existência de Câmara ou Comissão específica para a Educação Profissional no Conselho Estadual de Educação, 16 estados declararam possuir, sendo que destes 10 possuem Câmara, quatro possuem Comissão e dois não informaram se é Câmara ou Comissão. Apenas quatro informaram o ano de criação da Câmara ou Comissão. Os seis estados restantes não possuem nem Câmara nem Comissão específica, e informaram que a Educação Profissional é tratada na Câmara de Educação Básica e na Câmara de Legislação e Normas, na Câmara de Ensino Superior e no Conselho Estadual de Educação, sem especificar em qual Câmara ou Comissão.

Marco Legal

Uma das questões procurava obter dados sobre as principais normativas que regulam e estabelecem as normas de funcionamento da Educação Profissional nas redes estaduais. Todos os 22 estados que participaram do levantamento elencaram um conjunto de normativas, sejam decretos, portarias, resoluções ou pareceres dos Conselhos Estaduais de Educação. Poucos estados declararam possuir leis específicas que tratam da Educação Profissional. Em geral, estas tratam do sistema público estadual de ensino como um todo, incluindo neste a Educação Profissional. Nos quatro estados que possuem estruturas autárquicas, a própria lei que cria a autarquia também tratou de estabelecer as atribuições e as normas de funcionamento da Educação Profissional.

Relação com outros atores da Educação Profissional

No último bloco do roteiro foi elaborado um conjunto de questões cujo intuito era investigar as relações das redes estaduais com outras instituições de Educação Profissional, órgãos públicos, entidades sindicais e empresariais e movimentos sociais.

A maioria das redes estaduais (17) informou estabelecer relacionamento com os Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológica. Este relacionamento ocorre por meio de Convênios e Parcerias de Cooperação Técnica. Com as universidades, a relação se dá tanto

com as universidades estaduais quanto com as federais e apenas um estado informou não se relacionar com as universidades. Alguns estados informaram estabelecer parcerias com as universidades visando à capacitação dos docentes.

Na questão sobre o estabelecimento de relação com os Sistema S, apenas sete estados informaram não estabelecer relação com este sistema. Um deles não respondeu e os 14 restantes informaram estabelecer relações com todos, embora sejam mais frequentes as parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae).

Com os demais órgãos públicos e privados, 19 estados informaram estabelecer relações, dois não estabelecem e um deles não respondeu. Os órgãos que aparecem com mais frequência são os públicos, prefeituras, demais secretarias de estado, órgãos federais, Ministério da Educação, entre outros.

No que diz respeito à relação com entidades empresariais, sindicais, movimentos sociais e organizações governamentais, 16 estados responderam que estabelecem algum tipo de parceria e cooperação com essas entidades. Desses, 11 especificaram quais são essas entidades, sendo as mais frequentes sindicatos de trabalhadores, organizações empresariais e cooperativas. Dos seis estados restantes, três deles não estabelecem relações e três não responderam à questão.

Os desafios da gestão da Educação Profissional nas redes estaduais

A definição de modelos de gestão para políticas públicas que sejam eficientes, eficazes e cuja efetividade e impacto contribuam para a construção republicana proposta pela Constituição Federal de 1988 não tem sido um desafio trivial para governos e sociedade.

Na contramão da visão democrática, sobressaem-se estratégias centralizadoras, fragmentadas na lógica da diminuição do Estado. Criam-se processos que enfraquecem a cidadania e rebaixam a qualidade do serviço público. A demanda social é tratada como residual e a resposta a ela é compensatória e transitória. Não se estabelecem políticas públicas efetivas e, muito menos, condições para sua sustentabilidade.

Entretanto, existem outras estratégias que buscam construir um processo inverso, de cooperação, coordenado e capaz de articular conhecimentos, atores e instituições, tentando restaurar ao Estado a capacidade de agir na plenitude de suas funções de regulação e distribuição equitativa dos bens e riquezas sociais. Almejam, assim, implantar políticas públicas sustentáveis e serviços públicos adequados ao tamanho do desafio que enfrentam, sobretudo quando se trata de diminuir iniquidades e promover a cidadania.

Os pressupostos constitucionais que asseguraram o caráter universalista e o direito à educação pública e gratuita no Brasil desde 1934 foram ratificados pela Constituição Federal de 1988, o que permitiu uma nova estruturação do sistema educacional no país. Os avanços constitucionais, porém, ainda não se concretizaram através de políticas públicas capazes de ampliar o acesso e a oferta de qualidade na educação básica, sobretudo no ensino médio.

O Decreto 2.208/97 e outros instrumentos legais, ao regulamentar os artigos da LDB que tratam da Educação Profissional e sua relação com o ensino médio, restringiram a possibilidade de oferta de uma formação integral. Mais do que isto, regulamentaram a fragmentação da Educação Profissional quanto ao tipo de oferta, formas de desenvolvimento e articulação, ao mesmo tempo em que transferiram para outros agen-

tes, públicos e privados, a responsabilidade pela gestão e execução dessa política pública. Neste contexto, as redes públicas estaduais de Educação Profissional perderam espaço, situação constatada pelos números analisados nas seções anteriores.

O Decreto nº 5.154/2004 e a Lei 11.741/2008 resgataram a importância da Educação Profissional enquanto política pública, garantindo a possibilidade de o ensino médio propiciar a formação técnica através da Educação Profissional integrada a este nível de ensino. Além deste marco legal, outras medidas vieram a reestabelecer a importância da Educação Profissional. Entre elas são citadas a ampliação da rede federal de Educação Profissional, o programa Brasil Profissionalizado, que destina recursos aos estados, e, mais recentemente, o Pronatec, assim como as demais normativas emanadas pelo MEC e pelo Conselho Federal de Educação, a exemplo do catálogo nacional de cursos técnicos. Estes instrumentos em conjunto criaram as condições para uma nova formatação das políticas de Educação Profissional no país.

O crescimento das unidades e centros de Educação Profissional observado a partir de 2007, assim com a elevação do número de matrículas efetuadas e do volume de recursos aportados pelo governo federal e tesouros estaduais, evidenciam que a retomada da Educação Profissional no país, enquanto uma política pública, é uma realidade, particularmente no âmbito das redes públicas estaduais.

Os resultados da pesquisa realizada junto aos 22 estados, incluindo o Distrito Federal, remetem a pelo menos três constatações. A primeira delas é que não existe um modelo único de gestão nas redes estaduais. Constatou-se que os modelos guardam muitas distinções, não sendo possível construir uma tipologia que permita classificá-los, exceto em relação a determinados aspectos específicos, já explorados nas seções anteriores. A segunda diz respeito ao fato de que, em alguns estados, verificaram-se mudanças no perfil da oferta de Educação Profissional e, muito provavelmente, estas mudanças irão exigir uma reconfiguração dos elementos que caracterizam os modelos de gestão adotados, por configurarem um novo modelo. Pode-se dizer que esses estados estão em fase de transição entre o modelo atual herdado e um modelo próprio a ser redefinido. E, a terceira refere-se àqueles estados cujos modelos de gestão já estão configurados, com seus instrumentos e marcos legais definidos.

Os desafios que estão colocados para o conjunto das redes estaduais de Educação Profissional, independente do estágio de desenvolvimento, consistem em buscar o equilíbrio entre a constituição de um modelo próprio de gestão que incorpore as especificidades, caracterís-

ticas e concepções de cada estado, mas que, ao mesmo tempo, diminuem as diferenças verificadas entre eles. A redução dessas assimetrias certamente contribuirá para o fortalecimento das redes estaduais, permitindo que possam se apropriar de forma igual das oportunidades geradas pelas políticas e programas do governo federal.

Referências

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento**. Brasília, DF: Flacso - Brasil, 2000. (Coleção Políticas de Trabalho, Emprego e Geração de Emprego e Renda). CD-ROM.

DIEESE. **Cláusulas negociadas sobre qualificação profissional: subsídios para a negociação**. São Paulo: DIEESE, 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005b, p. 21-56.

KUENZER, A. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo, Cortez, 1997, 104 p.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Sistema de gestão e educação profissional e tecnológica. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 1. **Anais e deliberações**. Estratégias operacionais de desenvolvimento da educação profissional: sistema de gestão: eixo temático IV, 08 nov.2006. Disponível em: <www.scribd.com/doc/103137070/confetec-anais-introducao-pdf>.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002. 317p.

Salvador, 24 de novembro de 2009

Aos Gestores Estaduais de Educação Profissional

Prezados (as) Gestores (as)

O DIEESE, através de convênio com a Secretaria da Educação do Governo do Estado da Bahia, Superintendência de Educação Profissional - SUPROF está realizando o **Projeto Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia**. Este projeto, entre outros produtos, prevê o **Estudo sobre modelos de gestão das redes estaduais de Educação Profissional**.

Aproveitando o encontro do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional realizado dia 19 de outubro em Salvador apresentamos a proposta do estudo e o roteiro de questões em anexo. Naquela oportunidade nos foram fornecidos os contatos dos órgãos estaduais pela Coordenadora do Fórum Sra. Édna Corrêa Batistotti, Coordenadora de Educação e Trabalho da Secretaria Educação de Santa Catarina.

As informações solicitadas permitirão a construção de um mapa contendo os principais elementos que caracterizam os modelos de gestão das redes estaduais de Educação Profissional. Esclarecemos que este questionário não esgota as ações para realização do estudo supracitado. Outras serão desenvolvidas abrangendo visita aos estados, entrevista com gestores e técnicos, complementações e esclarecimentos de informações. O relatório final do estudo será disponibilizado a todos os gestores.

Na certeza de poder contar com sua colaboração e apoio aguardamos a devolução do questionário após o seu preenchimento ao tempo em que agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente

Lavínia Maria de Moura Ferreira

Técnica do DIEESE e Coordenadora do Projeto DIEESE/SUPROF/Bahia

BLOCO A – IDENTIFICAÇÃO

NOME _____

ESTADO _____

SECRETARIA _____

CARGO _____ ÓRGÃO _____

TELEFONE _____ E-MAIL _____

**BLOCO B – REDE ESTADUAL:
ESTRUTURA FÍSICA, MATRÍCULAS E OFERTA DE CURSOS**

1. Existem quantas unidades e centros de Educação Profissional técnica de nível médio e de educação tecnológica?

2. Como estão distribuídas estas unidades e centros pelo conjunto do estado? (em todas as regiões, concentradas na capital e nos municípios próximos etc.)

3. Quantas vagas de Educação Profissional técnica de nível médio e de educação tecnológica foram ofertadas em 2009 nas unidades e centros de Educação Profissional?

Educação Profissional técnica de nível médio _____

Educação tecnológica _____

4. Quantas vagas de Educação Profissional técnica de nível médio foram ofertadas em 2009 nas demais unidades de ensino médio?

5. Qual o tipo de oferta e o número de vagas de Educação Profissional técnica de nível médio e de educação tecnológica?

Integrada ao ensino médio _____

Concomitante ao ensino médio _____
Subsequente ao ensino médio _____
Integrada à EJA (Proeja) _____
Educação Tecnológica _____

6. Quais os principais cursos técnicos de nível médio? (considerar como critério o número de vagas ofertadas em 2009)

7. Quais os principais cursos de educação tecnológica? (considerar como critério o número de vagas ofertadas em 2009)

8. Como estão estruturados os cursos técnicos de nível médio e de educação tecnológica? (Áreas profissionais, Eixos tecnológicos, outros)

9. Como se avalia o estágio atual da rede de Educação Profissional no estado? (em implantação/constituição, em expansão/ampliação, outro estágio)

**BLOCO C – REDE ESTADUAL:
ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, SERVIÇOS, REGULAÇÃO E FINANCIAMENTO**

10. A Educação Profissional é vinculada a qual Secretaria?

11. Existe algum órgão específico que faz a gestão da Educação Profissional? (fundação, autarquia, superintendência, diretoria, coordenação entre outros)

12. Existe algum tipo de seleção para acesso aos cursos técnicos de nível médio e de educação tecnológica? (vestibular, sorteio, outros)

13. Qual a estrutura de gestão das unidades e centros? (diretor, vice-diretor - com funções específicas: pedagógica, administrativo-financeira, relação com o mundo do trabalho)

14. Como se dá a contratação e capacitação dos professores de Educação Profissional?

15. Existe serviço/setor de orientação profissional nas unidades e centros? Em caso negativo, pretende implantar este serviço?

16. Existe alguma ação envolvendo a certificação profissional? Em caso negativo, pretende implantar este tipo de ação?

17. Existe serviço/setor de estágio nas unidades e centros? Como se dá relação escola/empresa no processo de estágio?

18. Existe algum tipo de conselho ou colegiado escolar nas unidades e centros? Qual a sua composição e papel?

19. Descreva sucintamente as principais normativas estaduais de regulação da Educação Profissional técnica de nível médio e de educação

tecnológica (Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Resolução do Conselho Estadual de Educação, entre outras).

20. No Conselho Estadual de Educação existe uma Câmara ou Comissão específica para a Educação Profissional? Desde quando? Em caso negativo, em que Câmara ou Comissão são tratadas as questões de Educação Profissional?

21. Existe orçamento específico para a Educação Profissional? Qual o valor total em 2009 (Indique as fontes: Tesouro Estadual, Tesouro Federal (FNDE), outras fontes)

BLOCO D – RELACIONAMENTO COM OUTROS ATORES DA Educação Profissional NO ESTADO

22. Estabelece relacionamento com os Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológica? Quais? De que tipo (cooperação, financiamento, parceria etc.)?

23. Estabelece relacionamento com Universidades Federais e/ou Estaduais? Quais? De que tipo (cooperação, financiamento, parceria etc.)?

24. Estabelece relacionamento com outros níveis de educação oferecidos pelo estado? Quais? De que tipo (cooperação, financiamento, parceria etc.)?



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

